



SEÇÃO: ARTIGOS

Anúncios, escravidão e modernidade: as representações contidas no jornal baturiteense *A Ordem, Orgão Conservador*

Advertisements, slavery and modernity: the representations contained in the baturiteense journal A Order, Conservative Orgão

Igo Barbosa Pereira¹

orcid.org/0000-0003-4181-9920

igo.barbosa@yahoo.com.br

Recebido em: 31 jan. 2022.

Aprovado em: 30 maio 2022.

Publicado em: 21 nov. 2022.

Resumo: O presente artigo insere-se na perspectiva da história local e tem como horizonte propor uma breve análise dos anúncios e avisos expostos no jornal baturiteense *A Ordem, órgão conservador*. Seus exemplares, disponíveis no site da Biblioteca Nacional Digital Brasil, foram produzidos no final da década de 1970 e início da década seguinte, do século XIX. Através da leitura atenta desses segmentos do jornal, comparando e discutindo os elementos escritos e visuais, amparados por uma bibliografia adequada a esse esforço, nos propomos a analisar, de forma geral, a representação do escravizado exposta em suas folhas, bem como acentuar alguns indícios da incipiente modernização do país, expressas localmente. Essas mudanças, baseadas em um ideário mais próximo ao abolicionismo, ia de encontro à manutenção do regime escravista. Primeiramente, esclarecemos o conceito de "representação", utilizado em grande medida por Chartier, para posteriormente utilizá-lo como uma ferramenta para refletir em torno da imagem do escravizado nessa região, em seguida, discutimos o que entendemos como os indícios da modernização local. Na conclusão, fizemos um breve apanhado do que analisamos nesse trabalho.

Palavras-chave: jornal; escravo; modernização.

Abstract: This article is part of the perspective of local history and has as its horizon to propose a brief analysis of the advertisements and notices exposed in the Baturiteense newspaper *A Ordem, conservative organ*. Its copies, available on the website of the Biblioteca Nacional Digital Brasil, were produced in the late 1970s and early 19th century. Through a careful reading of these segments of the newspaper, comparing and discussing the written and visual elements, supported by a bibliography adequate to this effort, we propose to analyze, in general, the representation of the enslaved exposed in its pages, as well as to accentuate some indications of the country's incipient modernization, expressed locally. These changes, based on an ideology closer to abolitionism, went against the maintenance of the slave regime. First, we clarify the concept of "representation", used largely by Chartier, to later use it as a tool to reflect on the image of the enslaved in this region, then we discuss what we understand as the signs of local modernization. In conclusion, we made a brief overview of what we analyzed in this work.

Keywords: newspaper; slave; modernization.

Introdução

Visando estudar alguns elementos relacionados à escravidão no final do século XIX, bem como a presença de elementos que nos direciona à modernização da região atualmente conhecida como Maciço de Baturité, localizada no estado do Ceará, através do periódico *A Ordem*,



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade Federal do Ceará (UFC), CE, Brasil.

órgão conservador, será utilizado o conceito de representação social do historiador francês Roger Chartier, exposto no livro *A História Cultural: entre práticas e representações*.

De início, colocamos que as representações sociais são construções feitas pelos sujeitos sociais em interação com o mundo onde vivem e não colocadas para eles de maneira impositiva, sem relação com o mundo que os rodeia. Chartier diria que elas possuem sua origem na leitura do mundo feita pelos indivíduos que vivenciam uma dada realidade. São forças que regulam, em certo sentido, a coletividade.

A forma como pessoas de determinados grupos pensa é afetada por esses construtos criados em seu seio, e outras construções mentais criadas fora dele, mas que, de alguma forma, chegam até seus sentidos. Como no caso da leitura de jornais e revistas, ou entrando em contato indireto com suas publicações, no ouvir falar. É uma certa generalização de ideias comuns a grupos, formando várias representações relativas a vários objetos ou temas.

Podemos, assim, percebê-las (as representações), como "incorporação sob forma de categorias mentais das classificações da própria organização social" (CARVALHO, 2005, p. 152), como analisado por Francismar Alex Lopes de Carvalho em *O conceito de Representações Coletivas segundo Roger Chartier*. Colocam-se, assim, como matrizes orientadoras do mundo social, influenciando atitudes, pensamentos e contribuindo para a formação de identidades.

Tais categorias mentais visam estabelecer divisões e pré-noções utilizadas para organizar o modo como se apreende o mundo social. Apesar de variáveis, dependentes dos grupos sociais das quais se originaram, as representações visam a universalidade, mesmo que elas tenham sua criação vinculada aos interesses de um grupo social. Intentam estabelecer critérios e elementos a serem capturados na realidade vivenciada e, portanto, influenciam na ação dos sujeitos.

Chartier frisa que esse conceito, portanto, está ligado às temáticas do poder e da dominação, manifestando-se no campo da luta entre agen-

tes formadores dessas construções mentais. Sem neutralidade, esses discursos fornecem um arcabouço de práticas, ideias e estratégias inclinados a corroborar uma autoridade, legitimando seu exercício. Ele ressalta que nessas disputas o objetivo é impor uma concepção de mundo a outros grupos, externos ou internos. Nesse último caso, chegamos na análise da construção das identidades, o ser-percebido, como os indivíduos se enxergam partindo da representação que eles atribuem a si mesmos e às demais pessoas.

Esse aparato mental coloca-se em um terreno de disputas, entre aqueles que visam a manutenção da ordem social, com suas hierarquias e estruturas, e aqueles que intentavam, em alguma medida, sua modificação. A temática da escravidão, principalmente nas décadas finais do século XIX, representa bem um campo de debate bastante heterogêneo, com vozes dissonantes.

O poder, nesse sentido, resulta da credibilidade desse referencial da qual se enxerga o mundo e a si mesmo. Aqui, a violência simbólica se faz presente. Chartier alerta que para ser eficaz, essa violência depende de uma aceitação prévia, por parte de grupos oprimidos, de elementos que compõe a visão de mundo de quem os oprime. Um exemplo citado pelo autor é a dominação do homem sobre a mulher. Esta última seria exposta, desde cedo, a uma série de mecanismos que a levaria a aceitar a representação dominante, delimitadora das diferenças entre os sexos.

Indo na direção de quem se depara com uma dada representação, chegamos ao conceito de "apropriação". Apropriar-se significa produzir sentido; este, orientador das ações, diferencia-se a depender de algumas variáveis, como o meio social, de quem recebe as formulações estruturantes da realidade. Cabe ressaltar que o receptor das mensagens possui um limite interpretativo e, portanto, não pode apropriar-se ao sabor de suas vontades. Há convenções e práticas sociais que delimitam, de forma geral, até onde a leitura pode ir. Carvalho traz em seu texto a seguinte passagem de Chartier:

O ato de criação inscreve-se numa relação de dependência em face de regras, de po-

deres, de códigos de inteligibilidade. Mas a obra escapa a tais dependências justamente pelas diferenças de apropriação, socialmente determinadas de maneiras desiguais segundo costumes, classes, inquietações: diferenças também dependentes de princípios de organização e diferenciação socialmente compartilhados (CHARTIER, 1999, p. 91-92).

Mesmo reconhecendo as limitações de apropriação e criação dos sujeitos, ele reconhece a potencialidade de haver modificações no conteúdo de uma representação a ser difundida, a depender dos *costumes, classes e inquietações* dos agentes que a recebem. O confronto entre essas diferentes percepções, resultado de apropriações diversas, pode ser encontrado em ambientes onde há a tentativa de impor uma visão de mundo por aqueles que possuem a autoridade de nomear e classificar em um ambiente (interno ou externo) onde exista mentalidades diversas ou mesmo opostas. Devido a essa falta de harmonia, tensões são criadas, além do surgimento do que chamamos de resistência, praticada através de vários meios.

As representações são fundamentais para compreender pensamentos e ações, se colocando como um universo de possibilidades que influencia decisivamente nossa existência enquanto agentes que atuam sobre a realidade e é por ela influenciado. Em suma, são construções baseadas em vivências passadas (coletivas ou individuais), princípios e valores éticos/morais que servem de guia para direcionar o sentido das ações de um indivíduo, grupo ou sociedade.

Desenvolvimento

Com essa breve introdução teórica em mente, vamos nos utilizar de segmentos do jornal, mais especificamente, aqueles voltados aos anúncios e avisos, que serão discutidos à luz do conceito colocado.

No fragmento retirado de um exemplar do jornal, exposto mais à frente, percebemos como

era colocado, na coluna de anúncios, a fuga de uma escravizada. Um dos caminhos utilizados para sair de situações insustentáveis, ou para tentar alcançar melhor qualidade de vida, enquanto cativo.

Nota-se, à primeira vista, a naturalidade da exposição de tais informações, assemelhando-se à procura de animais fugidos, como cavalos e bois, trazendo uma certa uniformidade ao que era exposto ao público. Quando comparada aos demais anúncios, fica ainda mais evidente que animais e cativos eram colocados no mesmo patamar, no mesmo grupo de "coisas" a serem possuídas. Trata-se da construção de uma representação social sobre os cativos, transmitido por meio de algo aparentemente simples, que ocupa pouco espaço nas páginas. Nesta mesma perspectiva de análise da imagem do escravizado nos anúncios de jornais, a tese *Retrato Falado: o perfil dos escravos nos anúncios de jornais da Paraíba (1850-1888)*, de Elaine Cristina Jorge Dias, expõe o seguinte:

[...] era comum encontrar anúncios de venda de escravos nos jornais e que apareciam juntamente com imóveis em várias transações econômicas, como venda, aluguel e permuta. Havia ainda casos em que os escravos poderiam ser trocados por casas, terrenos ou como fiança em caso de hipotecas.... Acrescentamos que os escravos anunciados para venda nos jornais, muitas vezes, eram postos entre animais e no meio de diversos objetos (DIAS, 2013, p. 55).

Apesar dessa passagem voltar-se somente à venda de escravos em anúncios de jornais da Paraíba, a abordagem da questão dos cativos é semelhante àquela encontrada nos anúncios e avisos presentes nos jornais do Maciço, do mesmo período. A autora ainda aponta, na passagem destacada, outros itens que eram colocados no mesmo patamar de um cativo, como objetos postos à venda. Na Imagem 1, observa-se o fragmento contendo o aviso.

Imagem 1 – Frangmento de *A Ordem*

Fonte: *A Ordem*, Baturité, n. 22, p. 4, 8 fev.1880.

A descrição do caso da escrava fugida é a seguinte:

Fugio do sitio Lameirão, na serra de Baturité, a escrava Franklina, cabra, velha, de quarenta e tantos anos de idade, conduzindo uma filhinha, cabocla, de oito annos de idade pertencente ao alferes Manoel Baptista Vieira, morador na mesma povoação, e que se acha em casa do abaixo assignado para ser vendida. Quem a pegar e a entregar ao abaixo assignado no lugar acima indicado será generosamente recompensado. Baturité, 16 de Janeiro de 1880.²

Por sua vez, o cavallo fugido é assim colocado:

Na noite de 17 do corrente fugiu ou furtaram da povoação da Canôa um cavallo melado bom [marohador] com a seguinte marca [...] na freguesia do Quixeramobim. Quem o pegar, entregando-o na Conceição ao Sr. Major Candido Franklin do Nascimento, nessa cidade

ao advogado Martinho Rodrigues e na Canôa a João Nogueira do Nascimento, será bem recompensado. Baturité, 26 de Janeiro de 1880.³

Da análise do aviso de busca da escravizada, podemos tirar algumas reflexões. Uma delas diz respeito à exposição, direcionada à população local em geral, de uma determinada imagem do escravizado: um objeto pertencente a alguém, que é seu proprietário de direito e que faz uma reivindicação de sua posse (reforça). Esse elemento, o “pertencer a alguém”, era um dos pontos que diferenciava esse grupo das demais pessoas pobres.

Ao mesmo tempo em que se coloca características humanas, como os laços entre mãe e filha e a consequente caga emocional que daí

² Transcrição realizada pelo autor do trecho do jornal *A Ordem*, Baturité, n. 22, p. 4, 8 fev.1880.

³ Transcrição realizada pelo autor do trecho do jornal *A Ordem*, Baturité, n. 22, p. 4, 8 fev.1880.

surge, afirma-se o tratamento direcionado a uma "coisa", a um objeto, no máximo, animalesco, ao querer vendê-la.

É importante frisar que a construção da mensagem foi feita em sintonia com uma parcela da sociedade, que a tinha como um referencial, consumidora do jornal. Elas poderiam, inclusive, utilizar-se dos diferentes serviços dos escravizados. Esses serviços podiam ser atividades braçais, semiespecializadas e especializadas, se seguirmos a definição proposta no trabalho *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*, de Mary Karasch, que levava em consideração o aprimoramento do trabalho escravo; sem desconsiderarmos as possibilidades diversas de utilização dessa força.

Cabe ressaltar que esse tipo de conteúdo visava alcançar o máximo de pessoas que pudessem contribuir na captura de quem fugiu. Assim, visava-se mobilizar um público que já era acostumado com esse tipo de aviso, além de informar aos habitantes em geral. Estes viam em tais informações uma certa naturalidade (pelo menos os não abolicionistas). Mais do que isso, contribuíam para a manutenção dessa percepção sobre os escravizados, seja comprando o jornal, seja ajudando o proprietário na busca por Franklina e sua filha.

Como foi dito, essa imagem transmitida ao público, e por ele reforçada, afetava a forma de pensar dos grupos a ela exposta, seja no sentido de estigmatizar um grupo por suas características físicas, como cor da pele e textura do cabelo, seja no sentido contrário, de combate a essa concepção de mundo em que há seres escravizados, cuja vida inseria-se na precariedade local.

Nesse sentido, de posicionamento quanto às questões trazidas pelo regime escravista, Chartier (1990, p. 36) nos ajuda a entender o conflito. Ele escreve o seguinte: "a construção de identidades sociais resulta sempre de relações de força entre representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição de aceitação ou resistência". Resistência essa levada adiante por quem não aceitava passivamente essas construções colocadas nas folhas impressas.

Aos identificados com a causa abolicionista, por exemplo, colocados como questionadores de uma representação desumanizadora do negro escravizado, cabia a luta, em suas diversas esferas.

Em termos de elementos colocados a serem apreendidos pelos assinantes, é possível perceber alguns, sentir a ausência de outros ou inferir a presença de terceiros. Em outros avisos essas presenças e ausências também são percebidas. Um dos elementos ausentes é a motivação da fuga, o porquê de a escrava ter fugido, afinal, mesmo retirando parcialmente a autonomia do escravizado, a ele era dado o direito de reivindicar algumas posturas do seu senhor, mesmo que em situação de desigualdade de recursos. Essas contestações, segundo Sylvania de Oliveira Dias, em *As ações de liberdade de escravos na justiça de Mariana 1850-1888*, poderiam ser atendidas com base na própria burocracia estatal:

Longe de serem passivamente escravizados, muitos negaram a condição em que viviam por meio de tradicionais alternativas de resistência, como as fugas, o uso da violência, e, em situações extremas, o suicídio. Além destas e de muitas outras práticas revoltosas ou de autodestruição, frequentemente observadas no universo escravista, havia ainda a possibilidade de buscar amparo na burocracia judicial do Estado, e esta foi uma opção às vezes escolhida por muitos escravos que buscaram, mediante os tribunais, o direito a uma vida livre do cativeiro (DIAS, 2010, p. 10).

A escolha por um tipo de resistência (a fuga), negando os demais meios, dentre elas a via judicial, certamente possuía um motivo. Este, infelizmente, não conseguimos encontrar. Obviamente, rebelar-se contra a própria escravidão é o que nos vem à mente de início. Ponderamos, no entanto, que tal "justificativa" poderia não ser exposta por interesse de seu proprietário, ou porque os avisos de escravos fugidos deveriam seguir um padrão de exposição nas folhas, já pré-determinado. No entanto, a reflexão é pertinente, já que para ter tido a iniciativa de fugir, a escrava Franklina deparou-se com uma situação bem específica: como parte de um planejamento que objetivava a libertação, ou extrema o suficiente que a obrigasse a recorrer à fuga, em vez de tentar tomar outras atitudes. Principalmente

se levamos em consideração que ela tinha uma filha ainda muito pequena, o que podia tornar fuga ainda mais complexa.

Um outro elemento diz respeito às semelhanças, propositais, com a busca por animais fugidos, como já foi apontado. Alguns detalhes chamam atenção: além da semelhança visual, a própria construção textual das mensagens é bem parecida. Há a citação de informações e o encadeamento de ideias em uma estrutura, já determinada pela construção dos avisos nas colunas do periódico, citando o nome do dono do respectivo bem, os locais de referência, a descrição do "objeto" a ser encontrado, e a intenção de recompensar quem trazer o que foi perdido. Vale lembrar que a recompensa não era colocada com exatidão, logo ficaria a cargo do proprietário do cativo, ou do animal, julgar quanto valeu a entrega do que lhe pertencia. Podemos supor, como exercício imaginativo, que ela poderia ser desde uma retribuição financeira, passando pela doação de algum outro bem, até não retribuir o serviço. Isso fica em aberto porque nos jornais não há menção quanto ao êxito ou não da busca, bem como eventuais reclamações sobre a recompensa dada. Novamente, isso pode ser explicado pelo fato de que, para anunciar, era preciso pagar; o que não faria sentido, uma vez alcançado o objetivo do aviso, que era encontrar o escravo.

O pagamento, aliás, de acordo com Elaine Cristina Jorge Dias, na sua dissertação já citada, variava segundo o jornal. Ela dá o exemplo do jornal *O Tempo* (1865): os anunciantes podiam publicar seus anúncios por 40 reis, por linha, já os não assinantes, 100 réis. Por sua vez o jornal *A Regeneração* (1861-1862), disponibilizava gratuitamente aos assinantes, até dez linhas, e aos não assinantes o valor seria *a negociar*.

A expectativa de ser ajudado na busca também é um ponto interessante. Como foi apontado, Chartier nos leva a pensar que as representações são criadas no seio dos grupos sociais, influenciando o pensamento e a ação de seus integrantes em maior ou menor escala, logo, se o "dono" do bem sumido esperava a ajuda de seus

semelhantes, isso quer dizer que o pensamento de uma parte significativa das pessoas dessa região já estava influenciado "positivamente" por essa construção mental a respeito dos cativos, como um ser pertencente a alguém. Por isso, a promessa de uma mera recompensa já seria o suficiente para devolver, ou informar sobre o paradeiro dos fugitivos.

Para além da recompensa, certamente importante em um ambiente empobrecido, não podemos deixar de supor a existência de uma espécie de ética coletiva, acordo ou consenso coletivo, que poderia fazer aquele que encontrou o escravo efetivar a devolução ao dono, sem pretender obter nada em troca. Seja por dever moral ou pela recompensa, a devolução do bem perdido era provavelmente efetivada; a recorrência dos avisos em diferentes exemplares nos indica isso. Nos aproximamos do pensamento de Flávio dos Santos Gomes em *Uma tradição rebelde: notas sobre os quilombos na Capitania do Rio de Janeiro (1625-1818)*. Para ele, a exposição de informações nos anúncios por parte dos senhores, tais como a direção e os caminhos possíveis percorridos pelos fugitivos, provavelmente resultavam em capturas, de outro modo não haveria motivo para a recorrência de anúncios de fuga nos jornais.

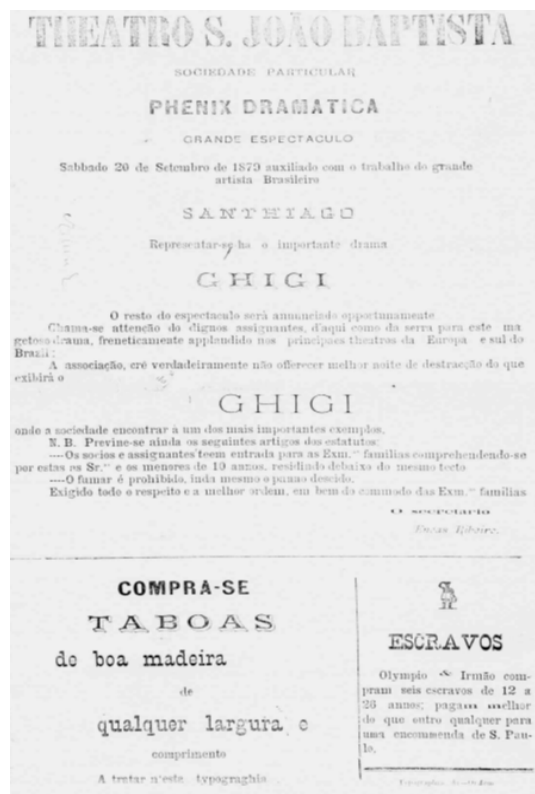
Olhando para o outro lado da temática, ou para o outro polo dessa luta de representações, quem fosse contrário a essa imagem dos escravizados e sua condição, apropriando-se de maneira oposta à intenção dos anúncios, portanto, e pretendesse exercer algum tipo de questionamento ou contraposição a esse estado de coisas, provavelmente já sabia da sintonia de muitos dos seus vizinhos com esse posicionamento. Ser oposição a algo vigente tornava os abolicionistas nem sempre "bem-vistos". Filipe Nicoletti Ribeiro, no *Império das incertezas política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)*, traz uma citação bastante esclarecedora no sentido de expor uma visão possível sobre o posicionamento abolicionista. Tal passagem foi retirada do livro *O plano e o pânico* de Maria Helena Pereira Toledo Machado. Ela diz:

A ruptura dos códigos de comportamento político, que desde sempre haviam restringido as disputas e diferenças sobre os destinos do país aos estreitos círculos das elites, tornava-se perigosamente palpável na atuação de setores abolicionistas. Assumindo uma feição popular e participativa, a campanha abolicionista transgredia um estilo político bem enraizado, colocando na boca do povo as cisões entre as elites econômicas e bem pensantes. Comportamento indesculpável, foram os abolicionistas, em contrapartida, acusados indistintamente de subversivos (apud MACHADO, 2010, p. 138).

Tendo em mente a possibilidade de serem indesejados, por trazerem a conotação de subversivos, os abolicionistas teriam uma dupla tarefa: lidar, lutar ou convencer, não somente os donos dos escravizados em particular, os principais interessados, mas também uma parcela da população que não necessariamente se utilizava desse expediente, mas que via nessa construção

mental, centrada na objetificação de um ser, a orientação do seu agir diante de um cativo, que, porventura, tenha fugido. Além dos avisos de busca pelos "fugitivos", havia anúncios de outros tipos, como o que apresentamos no fragmento acima (Teatro e intensão de compra). Quando comparados a outros tipos de anúncios, como os voltados para a oferta de produtos e serviços, vemos que há um padrão de estruturação e exposição ao público. Sabemos que a quantidade de espaço em um periódico poderia ser proporcional ao pagamento dado pelos parceiros comerciais e particulares que desejavam expor seus produtos. Ou seja, quanto maior o espaço requerido, mais caro seria sua reserva e conseqüente impressão se o jornal/periódico fosse muito requisitado. A Imagem 2 mostra algo nesse sentido.

Imagem 2 – Anúncio em *A Ordem*



Fonte: *A Ordem*, Baturité, n. 1, p. 4, 14 set. 1879.

O anúncio com o título "Escravo", na parte inferior do fragmento, diz o seguinte:

Olympio & Irmão compram seis escravos de 12 a 26 annos, pagam melhor do que outro qualquer para uma encomenda de S. Paulo. Os outros dois são: a propaganda publicitária de um

"Theatro", que mostrava um espetáculo a ser realizado no dia 20 de setembro de 1879; e um aviso de "Compra-se taboas de boa madeira de qualquer lugar."⁴

Quando comparamos, em um primeiro olhar, o anúncio de compra de escravo com os demais, o que salta aos olhos é a ocupação visual/gráfica desproporcionalmente menor do anúncio do primeiro em relação aos demais. Dos três, ele é o menor. É um padrão recorrente nos demais exemplares do *A Ordem*: se ele não é o menor, é sempre um dos que pega menos espaço na folha.

Algumas explicações podem ser dadas com relação a essa estruturação. Talvez porque são anúncios de particulares, pessoas comuns, ou companhia de menor porte, e que, portanto, pagam menos aos periódicos? Sim, pode ser. Dizem respeito a assuntos menos chamativos e com menor repercussão? É uma possibilidade. Porém, também não seria forçoso imaginar que, devido ao tempo histórico em que a produção desse impresso estava inserida, em um momento de debates em torno da constituição da civilização brasileira, com constantes críticas à escravidão, expor algo voltado a essa temática, com uma divulgação pomposa, bem visível e cheia de detalhes gráficos, não seria de bom tom, ou apropriado, aos seus proprietários.

Como bem aponta Ribeiro, na passagem transcrita em uma página anterior, o movimento abolicionista assumiu uma *feição popular e participativa*. Diante disso, a exposição de qualquer conteúdo que envolvia a escravidão deveria ser exposta com cuidado. A chance de atrair para si a "pecha", ou a má fama, de defensor de um regime contrário aos novos valores em ascensão, não poderia ser desconsiderada pelos responsáveis por esse veículo de informações. Ao mesmo tempo, o dever profissional de expor um conteúdo acordado entre jornal e particular, deveria se fazer presente. Temos um dilema.

De maneira geral, havia, à época, uma tentativa de aproximar-se dos países colonizadores, em termos de comportamento, economia, cultura e constituição racial. Visava-se superar os atrasos,

econômicos, sociais e políticos, porém existia a barreira do "brasileirismo", entendido como particularidade. A manutenção do escravismo e, ao mesmo tempo, a sua crítica (mesmo que implícita), era um dos muitos pontos trazidos pelo desenrolar da nossa história enquanto povo colonizado, em sua origem, por portugueses que visavam a exploração das terras tropicais por meio da mão de obra escravizada. Quanto a isso, especificamente, Gilberto Freire no livro *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, precisamente no tópico "Anunciologia: um brasileiro", escreve o seguinte:

E, no setor da cultura, um dos brasileiroismos mais valiosamente úteis a estudos de impactos de inovações ou importações de várias espécies- vestuário, sapato, penteado, móvel, transporte, higiene, livro, arte- sobre uma sociedade do tipo da brasileira: em grande parte situada em espaço tropical sem pretender, por essa situação, deseuropeizar-se em seus estilos civilizados de vida. Procurando, quanto possível, harmonizar sua tropicalidade com a civilidade representada por usos e requintes que a conservassem presa a origens e atualidades europeias (FREIRE, p. 32, 2012).

Podemos supor que, partindo dessa breve reflexão, esse processo de harmonização, a qual Freire se refere, não se dava sem uma certa tensão social resultante do que gostaríamos de ser e do éramos de fato. O ganho de credibilidade da ciência, as aspirações em torno do branqueamento do povo, a ascensão dos valores liberais e o desejo de atingir o desenvolvimento econômico europeu (aspirado pelas elites locais), em contraposição ao ruralismo arcaico, empobrecido, fincado sob bases escravocratas, encontrado no Brasil, também é uma questão a ser pensada na leitura dos periódicos.

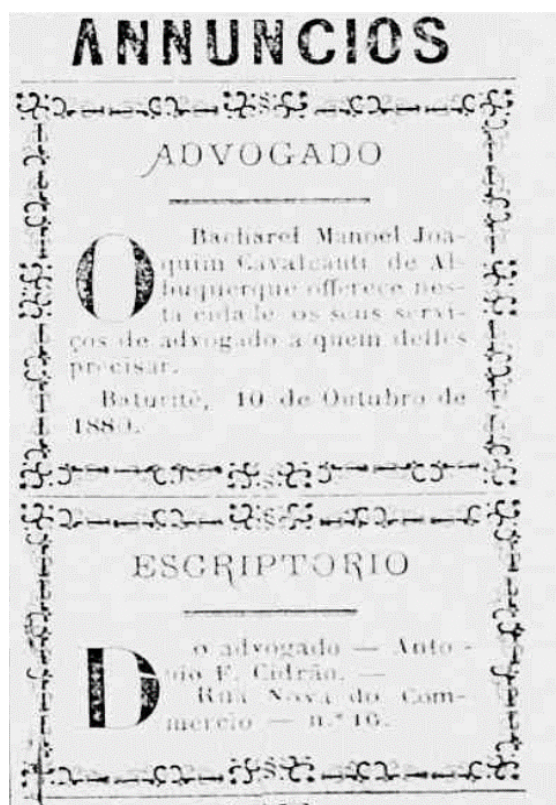
A opinião pública, segundo Filipe Nicoletti Ribeiro, na sua dissertação, citando Emilia Viotti da Costa, mostrava-se progressivamente mais simpática às ideias antiescravistas, por essas se vincularem (também) a elementos de civilidade europeia. Essa atmosfera, receptiva às mudanças, era importante na manutenção das atividades da imprensa, mesmo se levamos em consideração

⁴ Transcrição realizada pelo autor do trecho do jornal *A Ordem*, Baturité, n. 1, p. 4, 14 set. 1879.

que essa mesma opinião pública era diversa e em muitos aspectos conflituosa, composta por muitas vozes dissonantes que iam da preocupação em adequar-se aos novos valores liberais e do livre mercado, às necessidades de manter as propriedades rurais baseadas na mão de obra escrava e em incentivos governamentais, pelo menos até certo tempo. Assim, o tipo de representação evocada pelos anúncios voltados aos escravos podia ser apreendido de diversas maneiras, muitas delas opostas, alimentando um campo de disputas formado por opiniões divergentes quanto à questão da escravidão, trazendo consigo desdobramentos que atingiam a economia, os costumes, a organização social, a forma de se fazer política etc.

O jornal *A Ordem*, expunha em suas páginas um conteúdo que dialogava com os “novos tempos”, trazendo informações e notícias de outros países, os avanços tecnológicos, as realizações da ciência, os embates políticos efervescentes de outras nações, bem como anúncios de diferentes profissionais liberais. Em contraposição à descrição dos trechos relacionados à escravidão, temos a exposição de alguns outros serviços, notícias e informações mais próximas ao ideário liberal. Pela própria construção gráfica dos anúncios, com letras maiores e vistosas, com adornos nas bordas (como se fossem bordados), percebemos uma atmosfera mais libertadora, da livre iniciativa. Como no fragmento abaixo:

Imagem 3 – Anúncio em *A Ordem*



Fonte: *A Ordem*, Baturité, n. 60, p. 4, 31 out. 1880.

O primeiro anúncio diz o seguinte:

Advogado - O Bacharel Manoel Joaquim Cavalcante de Albuquerque oferece nesta cidade os seus serviços de advogado a quem

deles precisar. Baturité, 10 de Outubro de [1880]. O segundo é de um escritório: "Do advogado- Antonio F. Cidrão- Rua Nova do Comércio- n 16."⁵

⁵ Transcrição realizada pelo autor do trecho do jornal *A Ordem*, Baturité, n. 60, p. 4, 31 out. 1880.

Ao ver e ler o segmento ao lado, voltado aos anunciantes, notamos a sutil atribuição de um valor positivo atrelado a uma profissão, mais adequada aos novos tempos republicanos. Esse direcionamento, através dos desenhos no contorno do anúncio e do tamanho deles em relação aos demais comunicados presentes na mesma página, indica a presença de uma possível estratégia apontada por Jordana Coutinho Caliri na dissertação *Folhas da Província: A Imprensa Amazônica Durante o Período Imperial (1851-1889)*. Visando atrair a atenção do leitor, a construção gráfica era um fator importante na construção desse segmento:

Outro aspecto interessante observado nos anúncios eram as estratégias utilizadas por alguns para atrair a atenção dos leitores. Alguns faziam chamadas com letras maiores e maiúsculas, que se destacavam dos outros anúncios, também havia os que publicavam os preços dos produtos, demonstrando uma acirrada concorrência entre os comerciantes, além daqueles que se utilizavam de jargões criados para demonstrar a popularidade desses estabelecimentos. Palavras e expressões como: "Grande Pechincha", "O Amigo do Povo", "Atenção!" "Tardou, Porém Chegou", "Aproveitem", "Grande Novidade" [...] (CALIRI, 2014, p. 87).

A escolha por esse tipo de exposição não é sem motivo. No universo de possibilidades que envolvem a confecção do conteúdo que vem em um jornal, a adoção do modelo apresentado foi feita visando criar e realçar um tipo de visão de mundo, a ser tornada social, e por ele reforçada. Ela intenta criar, ou afirmar, algumas sensações no leitor. Algumas delas podem ser imaginadas aqui, como a impressão de eficiência, com uma estrutura para melhor atender sinalizada com o escritório; afinal, a percepção de justiça, são advogados, bacharéis em direito; a noção de sofisticação, trazendo todo o aparato da legislação em vigor para atender aos seus interesses; os novos "ares" de modernidade, pois os novos tempos requerem os doutores, os cientistas em sintomia com as repúblicas baseadas nos direitos individuais.

A ascensão dos bacharéis, inseridos no amplo ramo das profissões liberais, eram expoentes de

uma mudança maior, de modernização do país, como é colocado na conclusão do trabalho *O Fenômeno do Bacharelismo à Luz de Gilberto Freyre*, de Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes. Sua presença no espaço público passou a ser reconhecida, como a autora coloca:

O bacharelismo é um fenômeno histórico e socialmente determinado, no qual um novo grupo social passa a receber reconhecimento e espaço político na sociedade: os intelectuais formados em faculdades. Caracterizam-se pelos seus espíritos livrescos, por gostarem de axiomas, conceitos e sistemas os quais foram importados das metrópoles coloniais [...] A ascensão desta nova identidade social indica a existência de um processo de modernização da sociedade e a crise do modo de vida tradicional. Com isto, o bacharelismo, como um movimento de modernização, forma uma unidade dialética de negação do passado e afirmação do futuro, no qual a figura do bacharel surge como agente civilizatório que promove o momento de síntese em sua ação pontual (MENEZES, 2015, p. 105-106).

O fortalecimento das formações acadêmicas veio acompanhado de uma percepção própria de justiça. Ao observar os anúncios é possível fazer associações que nos permitem pensar o que seria a relação entre direitos e deveres no campo das relações interpessoais e com o Estado. Essa percepção insere-se em um panorama maior, de modernização do Estado, como ressalta Menezes (2015) ao escrever sobre o bacharel em direito: "Sua valorização na sociedade brasileira indica também a formação de um Estado Moderno, impessoal e burocrático". Essa valorização cria um certo direcionamento prévio para aquele que, sentindo-se injustiçado, deseja tomar providências mais enérgicas. A busca por um serviço advocatício passa a ser uma possibilidade mais sedutora, dentre as outras disponíveis, como por exemplo, resolver por meio da violência ou do revide.

Colocar essas concepções com certa relevância, de que, por exemplo, cativos e animais eram equivalentes, tem o poder de desconsiderar elementos humanos, em indivíduos escravizados. Isso reforça (influencia), em certa medida, um estereótipo já difundido no meio social, fazendo com que quem encontre a escrava Franklina, a

devolva para o seu proprietário, com a sensação de dever cumprido. Colocamos esse cenário como o mais provável devido o *status* de legalidade da propriedade de escravo. Lembramos que os fragmentos expostos nas páginas acima são de 1879/1880, sendo a escravidão abolida oficialmente apenas em 1884, no Ceará. Xavier nos diz o seguinte:

A representação torna-se assim, para todos, um meio de interpretar os comportamentos, de classificar as coisas e as pessoas em uma escala de valores e nomeá-las. Tem a ver, portanto, com a identificação de pertencas sociais, dos posicionamentos recíprocos (percepção mútua de Si e do Outro) nas relações sociais. Tudo o que nos faz agir, preencher uma função e nos posicionar nas relações sociais obedece a uma representação dominante (XAVIER, 2002, p. 27).

Estamos falando de uma influência, que gera comportamentos não necessariamente corresponde àquela intenção original, da qual a construção surge, mas que traz algum tipo de efeito, a depender do modo como as mensagens eram apropriadas. No caso dos jornais, a imagem da escravidão exposta em suas páginas poderia ser compreendida, ou interpretada, de forma diversa da pretendida pelos responsáveis por essa atividade. Casos em que alguém esconde um escravo fugido (por qualquer motivo que seja), e, ao saber dos avisos de procura, toma medidas mais enérgicas no acobertamento do "fujão", não são difíceis de serem imaginados. Essas pessoas podiam ser escravos libertos, ou abolicionistas brancos, que discordavam do tipo de mensagem veiculada e tomavam medidas para o seu enfrentamento.

O resultado das iniciativas dos jornais nem sempre corresponde ao imaginado, até mesmo na própria confecção de suas páginas, já que nelas vem contido assuntos que ora evocavam a manutenção da escravidão, ora acentuavam a necessidade de adequar-se aos novos tempos, marcado pelo trabalho livre, predominante nos demais países. Os jornais não estão isentos das contradições de seu tempo. Como aponta Caliri, na dissertação já mencionada:

Não podemos estudar os jornais dissociados do social, como se eles não fossem constituídos por pessoas e relações sociais carregadas de subjetividade. Em suas páginas, os jornais apresentam as aspirações, contradições e os conflitos sociais dos homens de seu tempo, e, dessa forma, não podemos compreendê-los isoladamente, descontextualizados da sociedade em que foram produzidos (CALIRI, 2014, p. 18).

Os anúncios não devem ser vistos como uma construção sem intenção, sem dilemas, como o era o restante da sociedade na qual estavam inseridos. Essa seção era construída para atender as demandas de uma parcela da população que via o escravismo com uma certa naturalidade. No entanto, aticava a reação contrária, dos abolicionistas e daqueles cujo pensamento estava direcionado a outras noções de progresso.

Poderíamos pensar que dificilmente o dono de um periódico, seja uma pessoa, uma associação de pessoas, ou mesmo o Estado detentor de algum meio de comunicação, deixaria que se veiculasse em seus exemplares algum conteúdo (englobando anúncios e avisos) contrários à sua visão e valores de mundo. No entanto, as agitações da época, a presença cada vez maior de vozes contrárias, o dinheiro e as vantagens que poderiam vir desses anunciantes sutilmente colocados no polo contrários a essa visão, traziam uma série de questões que faziam com que o conteúdo saísse cada vez menos coeso.

Um ponto a ser ressaltado são os leitores de jornais: eles frequentemente não são compostos por um público homogêneo e, portanto, ansiarão por uma produção de conteúdo diversa, que traz uma série de representações também diversa. Disso surgirá a necessidade de produzir conteúdos específicos. Novamente, Caliri nos traz uma contribuição nesse sentido: "Se, no início, os jornais apresentavam um programa mais amplo, com o passar do tempo começaram a direcionar as publicações" (2014, p. 120). Esse direcionamento diversificava as páginas dos jornais na tentativa de atrair diferentes interesses, mesmo que eles fossem antagonísticos.

A diversidade dos agentes receptores traz a necessidade de diversificação das mensagens e

das propagandas, um mecanismo que deveria ser de homogeneização, mas que não consegue pela heterogeneidade de posicionamentos. Através da transmissão simbólica apontada, as apropriações das representações são efetivadas mesmo em grupos que não tenham relação direta com os objetos-alvo dela. Para agricultores ou donos de comércios que pouco têm contato com cativos, a possibilidade de formação de um estereótipo negativo dessa população é considerável, porém o contrário também poderia ocorrer se influenciados pelas mensagens divergentes presentes no próprio jornal. Essas mensagens, que poderiam relacionar-se com as vantagens do trabalho livre na Inglaterra, por exemplo, trariam indiretamente uma imagem negativa da escravidão local.

No anúncio da página seguinte, procura-se recuperar uma família de escravos fugidos, composta por um casal e dois filhos pequenos. Esse aviso (assim como os demais colocados até aqui) foi feito em 1880, período em que a causa abolicionista estava presente com certa força. O abolicionismo, cabe frisar, expandiu-se fortemente na década de 80 do século XIX. Assim,

novamente Ribeiro pode ser citado em mais uma contribuição de sua dissertação. Ele escreve:

Os primeiros anos da década de 1880 foram, deste modo, um período de rápida expansão e nacionalização do movimento abolicionista. Intelectualmente, politicamente e numericamente o movimento se encorpava e ganhava influência. Nesse período foram fundadas inúmeras sociedades antiescravistas, bem como a Confederação Abolicionista com seu programa ultra-reformista, que ia muito além da simples extinção do cativo, prevendo inclusive reforma agrária (RIBEIRO, 2015, p. 78).

É crível pensar que um leitor desse exemplar, diante de uma abundância de conteúdo que repudia a continuidade da existência da condição de cativos, produzida com mais intensidade durante a expansão do abolicionismo no período citado na passagem acima, possa questionar minimamente o conteúdo desse aviso. Afinal, estamos colocando frente a frente a noção de família, e novamente, a carga sentimental que ela possa evocar, com a noção de posse, de fuga do que deveria ser um objeto, um animal, ou algo próximo a isso. Veja a Imagem 4.

Imagem 4 – Anúncio em *A Ordem*

Escravos fugidos

Fugiram desta cidade em dias do mez passado, um casal de escravos pretos casados de nome Raymundo e Margarida com dois filhos ingenuos Sebastião e Pedro, tendo o mais velho de 7 para 8 annos. Os escravos terão 45 annos, mais ou menos, ambos pretos, têm o cabello carapinho, palradores. O escravo tem o signal de um grande talho em um dos pés, quasi raquetado, do qual cocheia, e a escrava costuma embriagar-se. Foram do termo do Quixeramobim, e presume-se que fugiram para o lado de Maranguape.

Quem os apreender e entregar na capital ao Sr. João Sampaio; no Quixadá ao Sr. Alfredo Olímpio de Oliveira, e nesta cidade ao dono Lourenço Sampaio, será generosamente gratificado.

Baturité, 25 de Maio de 1880.

Batata de purga.

Compra-se na casa nova do Assis na rua do Labirinto.

Não se faz questão de preço, com tanto que sejam verdadeiras.

Tambem contracta-se com quem quizer fornecer batatas de purga em aparas seccas; previnindo-se desde já, que não se fará nenhum negocio antes de examinar-se a qualidade.

A transcrição é a seguinte:

Escravos fugido- Fugigram desta cidade em dias do mez passado, um casal de escravos pretos casados de nome Raymundo e Margarida com dois filhos ingênuos Sebastião e Pedro, tendo o mais velho de 7 para 8 annos. Os escravos terão 45 annos, mais ou menos, ambos pretos, tem o cabelo carapinho, [padra-dores]. O escravo tem o signal de um grande talho em um dos pés, [quaragetadol, do qual cocheia, e a escrava costuma embriagar-se. Foram do termo do Quixeramobim, e presume-se que fugiram para o lado de Maranguape. Quem os apreender e entregar na capital ao Sr. João Sampaio; no Quixeramobim ao Sr Alfredo Olimpio de Oliveira, e nesta cidade ao dono Lourenço Sampaio, será generosamente gratificado. Baturité, 25 de Maio de 1880.⁶

Além das informações comuns, como a descrição dos fugitivos, locais e proprietários, percebemos mais nitidamente o seguinte: a formação de uma rede de solidariedade entre pessoas interessadas em ajudar na recuperação do bem. Em diferentes partes do território, há pessoas dispostas a despendar tempo e esforço em prol do retorno da normalidade, que nesse caso seria dar ao dono o que seria dele por direito. A formação dessas relações não era incomum se observarmos os avisos e, até são compreensíveis, haja visto a crescente pressão do movimento abolicionista, as vozes divergentes dentro da própria ala defensora da manutenção dos cativos e a provável criação de redes de solidariedade entre os próprios cativos, aos moldes das observadas em Recife, por exemplo, como bem frizou Marcus Carvalho em *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Uma de suas consequências possíveis seria o incentivo à coesão entre aqueles favoráveis à escravidão, buscando uma ajuda mútua.

Considerações finais

O escravismo institucionalizado apresentava diversos sinais de seu fim já em meados do século XIX. A proposta aqui colocada foi analisar como esse processo, não linear, podia ser percebido em construções mais sutis, simples, e diretas, como

nos anúncios e avisos de um jornal do interior do Ceará. Seus exemplares, confeccionados de 1879 a 1880, foram produzidos em um momento de suma importância para a história nacional.

Nesses impressos, verificou-se a utilização de termos e frases recorrentes, tais como "fugiu de (algum lugar)", "pertencente a (alguém)", "compram escravos", "para ser vendida(o)", juntamente ao fato dessas colocações estarem no mesmo conjunto que engloba animais, bens e serviços diversos, reforça, como já foi apontado, uma imagem do que é a escravidão e as características da população cativa, marcada pela animalização, pela coisificação, além da carência de recursos.

De outro modo, a presença de anúncios, avisos e uma publicidade diversa que nos remete à modernização da sociedade, mesmo que de forma incipiente, confronta o escravismo, como que alertando que seu tempo estava acabando. Indo rapidamente além de anúncios, temos demonstrações explícitas de que os novos tempos não são apenas "novos", mas melhores. A presença constante de notícias e informes sobre as melhorias advindas do trabalho livre, da ciência, do livre comércio, entre outros, reforça aquilo que sutilmente está nos anúncios voltados à oferta de serviços médicos, advocatícios, empresariais, dentre outros.

Referências

A ORDEM. Baturité: Órgão Conservador, 1879-1880. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/ordem/166685>. Acesso em. 4 set. 2021.

CALIRI, Jordana Coutinho. *Folhas Da Província: A Imprensa Amazonense Durante O Período Imperial (1851-1889)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

CARVALHO, Alex Lopes de. O conceito de Representações Coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos* - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 143-165. 2005.

CARVALHO, Marcus J. M. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-150*. 2. ed. Recife: Editora Universitária: UFPE, 2010.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

⁶ Transcrição realizada pelo autor do trecho do jornal *A Ordem*, Baturité, n. 39, p. 4, 6 jun. 1880.

DIAS, Elaine Cristina Jorge. *Retrato Falado: o perfil dos escravos nos anúncios de jornais da Paraíba (1850-1888)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2013.

DIAS, S. de O. *As ações de liberdade de escravos na justiça de Mariana 1850-1888*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

FREIRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Apresentação de Alberto da Costa e Silva. 1. ed. São Paulo: Global, 2012.

GOMES, Flávio dos Santos. Uma tradição rebelde: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818). *Afro-Ásia*, [S. l.], n. 17, 1996. DOI: 10.9771/aa.v0i17.20854. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20854>. Acesso em: 28 jan. 2022.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tradução de Pedro Maia Soares. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico: movimentos sociais na década da abolição*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

MENEZES, Anna Waleska Nobre Cunha. O Fenômeno do Bacharelismo à Luz de Gilberto Freyre. *Revista Inter-Legere*, [S. l.], n. 5, p. 95-107, 2015. Reflexões.

RIBEIRO, Filipe Nicoletti. *Império das incertezas política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

XAVIER, Roseane. Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis? *Psicologia e Sociedade*, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 18-47, jul./dez. 2002.

Igo Barbosa Pereira

Licenciado em História e graduado em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em Redenção CE, Brasil. Mestrando em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza, CE, Brasil.

Endereço para correspondência

Igo Barbosa Pereira

Rua G, 257

Sanharão, Conj. Maria Jose Viana

62760-000

Baturité, CE, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.